

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO BACHARELADO EM AGROECOLOGIA - PRONERA

ELLEN CRISTINA DA SILVA

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO CAMPOS, SALGADO DE SÃO
FÉLIX – PB: FORTALECENDO LAÇOS ATRAVÉS DA HISTÓRIA.**

.

Rio Largo
2024

ELLEN CRISTINA DA SILVA

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO CAMPOS, SALGADO DE SÃO
FÉLIX – PB: FORTALECENDO LAÇOS ATRAVÉS DA HISTÓRIA.**

.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Agroecologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Agroecologia.

Orientador: Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa.

Rio Largo

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Campus de Engenharias e Ciências Agrárias
Bibliotecário Responsável: Erisson Rodrigues de Santana - CRB4 - 1512

S586r Silva, Ellen Cristina da.

Relato de experiência do assentamento campos, Salgado de São Félix – PB:
fortalecendo laços através da história. / Ellen Cristina da Silva. – 2024.

30 f.: il.

Orientador(a): Jakes Halan de Queiroz Costa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agroecologia - PRONERA) –
Graduação em Agroecologia - PRONERA, Campus de Engenharias e Ciências
Agrárias, Universidade Federal de Alagoas. Rio Largo, 2024.

Inclui bibliografia

1. Agroecologia. 2. Reforma agrária. 3. Metodologia participativa. I. Título.

CDU: 631.95

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ellen Cristina da Silva

Relato de Experiência do Assentamento Campos, Salgado de São Félix – PB: Fortalecendo laços através da história.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus de Engenharias e Ciências Agrárias - CECA, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharela em Agroecologia.

Data de Aprovação: 05/12/2024.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **JAKES HALAN DE QUEIROZ COSTA**
Data: 26/12/2024 09:07:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. JAKES HALAN DE QUEIROZ COSTA
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus de Engenharias e Ciências Agrárias – CECA
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **CICERO ADRIANO VIEIRA DOS SANTOS**
Data: 26/12/2024 09:34:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. CÍCERO ADRIANO VIEIRA DOS SANTOS
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca – CAAR

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ROBERTO DE SOUZA**
Data: 26/12/2024 11:15:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assistente Social - Esp. JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

AGRADECIMENTOS

Dar início a uma jornada de graduação é um sentimento de liberdade e conhecimento, no qual durante o percurso encontramos e conhecemos pessoas, conteúdos, culturas e desafios. Escrever um Trabalho de Conclusão de Curso é mais que um sentimento, é a materialização dessa jornada que não seria possível sem apoios, nesse sentido quero expressar meus mais sinceros agradecimentos a:

A Deus por ser minha fonte inesgotável de alimento espiritual, fortalecendo meu corpo e engrandecendo minha alma nos momentos de necessidades;

A minha família por estar sempre presente, dando o apoio e acolhimento necessário para que eu pudesse seguir, ora forte, ora tropeçando, mas sempre caminhando com ela ao meu lado;

A minha mãe *Marineide*, que me ensinou com sua luta diária que temos que lutar pra alcançar nossos objetivos, me deu ensinamentos para ser a mulher que sou hoje e contribuições de grande importância na construção desse trabalho;

Ao meu avô, *Francisco* (in memoriam) que foi e é meu melhor exemplo de ser humano e que sempre me proporcionou o apoio necessário para que eu pudesse seguir nessa caminhada;

Ao meu irmão *Erick*, com quem tive a felicidade dele estar comigo desde o início, e ser a representação da família nos momentos em que a distância de casa trazia um sentimento de tristeza;

A meu filho *Levi* que me tornou mãe durante o curso e com isso me ensinou a ser paciente e me deu mais força para continuar, sabendo que não era só por mim mais, era por ele também;

Ao Professor, Doutor e meu orientador *Jakes Halan de Queiroz Costa*, que me deu orientações na construção desse TCC e me passou tranquilidade para finalizá-lo;

A comunidade Assentamento Campos e todos os agricultores e agricultoras, sem os quais a realização deste trabalho não seria possível;

A todos os professores que se dedicaram a compartilhar e trocar conhecimentos durante esses seis anos de curso;

A minha “classe revoadada” grupo de amigos no qual compartilhamos nossas alegrias, tristezas, atividades, sonhos e realizações;

Aos amigos, em especial *Augusto, Miquerlane, Maria Renilda, Lucas, Paulo Vitor, Leonardo e Vitor Teixeira*. Que me acompanharam nas diversas fases da minha vida a partir do momento que nos conhecemos, oferecendo conforto e apoio incondicional. Suas presenças foram um refúgio constante, trazendo luz e sabedoria, mesmo nos momentos mais desafiadores. Agradeço especialmente a capacidade de vocês de me fazer refletir, com seriedade e honestidade, quando necessário;

Ao eterno *Rafael Navas* (in memoriam) que com sua garra e determinação fez com que esse curso fosse uma realidade;

Aos “Movimentos Sociais” que fazem da terra um símbolo de resistência e igualdade, meu reconhecimento e admiração. Sua luta diária é um testemunho da força e da resiliência dos povos.

Dedico esse trabalho de conclusão de curso a todos os agricultores do Assentamento Campos que com sua forma de vida motivam a todos e nos impulsiona a lutar pelos nossos objetivos.

RESUMO

Este trabalho corresponde a um Relato de Experiência em que será apresentada uma caracterização do Assentamento Campos, situado no município de Salgado de São Felix-PB, fazendo uma análise dos dados coletados mediante solicitação de atividades acadêmicas do curso de Agroecologia – PRONERA, na Universidade Federal de Alagoas. O uso de metodologias participativas durante a construção do trabalho resultou no autoconhecimento e, a partir dele, no reconhecimento e valorização das lutas passadas, bem como dos desafios presentes que foram considerados possíveis de transformação. Constituído de um território de 3.814,3095 hectares, este assentamento, localizado no agreste paraibano, é sinônimo de vida e resistência. Sua população traz consigo as múltiplas aprendizagens construídas ao longo das gerações, às quais acrescenta um vasto repertório de práticas econômicas, sociais, políticas e culturais. Suas práticas agrícolas foram desenvolvidas por meio do trabalho no campo e da lida cotidiana com a terra, em um período em que as máquinas não eram acessíveis à maioria da população, e a mão de obra agrícola era predominantemente manual e familiar. Este trabalho com a terra tem características de base agroecológica a exemplo do plantio consorciado, da baixa taxa do uso de agrotóxicos, entre outros.

Palavras - Chaves: Agroecologia; Reforma agrária; Metodologia participativa.

ABSTRACT

This work corresponds to an Experience Report in which a characterization of the Campos Settlement, located in the municipality of Salgado de São Felix-PB, will be presented, analyzing the data collected upon request for academic activities of the Agroecology course – PRONERA, at the Federal University from Alagoas. The use of participatory methodologies during the development of the work resulted in self-awareness and, from it, the recognition and appreciation of past struggles, as well as the present challenges that were deemed possible to transform. Consisting of a territory of 3,814,3095ha, this settlement located in the countryside of Paraíba is synonymous with life and resistance, its population brings with it the multiple learning that has been built over the generations and adds to them an entire economic, social, political and cultural activity. . Their agricultural practices were developed through work in the field, daily dealing with the land, at a time when machines were not accessible to the majority of the population and agricultural labor was mainly manual and family. This work with the land has agroecological-based characteristics, such as intercropped planting, the low rate of pesticide use, among others.

Keywords: Agroecology; Agrarian reform; Participatory methodology.

LISTA DE IMAGEM

Figura 1 -	Oficina de saberes.....	18
Figura 2 -	Roda de conversa com a turma do EJA.....	18
Figura 3 -	Reunião no domicílio de um agricultor.....	19
Figura 4 -	Reunião na Associação.....	19
Figura 5 -	Via satélite do Umari.....	22
Figura 6 -	Via satélite do Baixio.....	23
Figura 7 -	Via satélite da Agrovila.....	23
Figura 8 -	Escola Municipal.....	25
Figura 9 -	Quadra Poliesportiva.....	26
Figura 10 -	Sede da ATRAC.....	26
Figura 11 -	Açude comunitário	27
Figura 12 -	Reunião com o Prefeito da cidade.....	29
Figura 13 -	Comemoração na ATRAC.....	29
Figura 14 -	Comemoração na ATRAC.....	30
Figura 15 -	Entrega do CCU.....	30
Figura 16 -	Torneio de futebol infantil pela ATRAC.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATRAC	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Campos
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regulamentação Fundiária.
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ONG	Organizações Não Governamentais

SUMÁRIO

1	CONTEXTO.....	11
2	DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA.....	17
3	RESULTADOS.....	20
3.1	Histórico do Assentamento.....	20
3.2	Caracterização Geral do Assentamento.....	22
3.3	Infraestrutura.....	24
4	DAS RELAÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS.....	27
4.1	Associação dos trabalhadores rurais do Assentamento Campos.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33

1. CONTEXTO

Desde os períodos coloniais as questões agrárias no país vêm emergindo, a concentração de muitas terras nas mãos de poucas pessoas, traz um cenário de desigualdade social, econômica e política,

A concentração da terra e os consequentes privilégio e poder político de poucos estão na raiz dos conflitos no campo brasileiro. A resistência da população a esse processo de concentração, expropriação e exclusão vem desde os tempos coloniais, mantendo-se até os dias atuais (Gasparoto; Teló, 2021, p.6).

Segundo Gasparoto e Teló (2021), as histórias de luta pela terra no Brasil, especialmente entre 1960 e 1980, a proclamação da República, em 1889, aumentou a concentração de terras e fez com que ela se fortalecesse (1930-1940). Enquanto isso, cresce na população que tem a terra como fonte de vida e subsistência, a necessidade de se buscar igualdade por meio da “justa” divisão de terras. Neste cenário de luta e necessidades surge o movimento das Ligas Camponesas

As “Ligas Camponesas” foi um movimento social criado em 1º de janeiro de 1955, que teve fundamental importância no processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, principalmente no Nordeste (Araújo, 2010). No entanto, à medida que o movimento alcançava maiores participações e engajamento dos camponeses e camponesas, também despertou a inquietação dos grandes concentradores de terras e seus latifundiários fazendo com que os mesmos manobrassem a partir da sua influência na política promovendo perseguições ao movimento e a seus líderes, o que acarretou o enfraquecimento do mesmo,

No estado da Paraíba a Liga Camponesa paraibana sofreu um duríssimo golpe. No dia 02 de abril de 1962, um dos seus principais líderes, João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa, foi assassinado a mando de um usineiro local. Outro líder igualmente assassinado foi o camponês Pedro Inácio de Araújo, o Pedro fazendeiro (Araújo, 2010).

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Paraíba é um dos estados com o maior número de assentamentos da reforma agrária no Brasil. O estado possui 315 projetos de assentamento, com capacidade para homologar aproximadamente 16.000 famílias. Até o momento, o INCRA cadastrou cerca de 15.000 famílias nesses assentamentos, abrangendo um total de 281.234,8587 hectares de terras conquistadas.

O INCRA é responsável pela aplicação das políticas de reforma agrária no estado e no país. Entretanto, é importante destacar que a gestão da reforma agrária envolve a participação de outras instituições e diversos níveis de governo, como:

- Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA): o qual é responsável por formular as políticas destinadas à reforma agrária em todo país;
- Governo do Estado da Paraíba: tem a responsabilidade de apoiar e complementar as ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentro dos assentamentos e áreas de reforma agrária dentro do estado;
- Prefeituras Municipais: os municípios têm um papel importante e fundamental na implementação de políticas locais de desenvolvimento rural, identificando as dificuldades de cada localidade, buscando solucionar as adversidades dos mesmos.

Além do envolvimento de vários níveis do governo a reforma agrária também conta com as atuações de várias Organizações não Governamentais (ONGs) e Movimentos Sociais de extrema importância na luta pela reforma agrária, entre elas estão: a Comissão Pastoral da Terra (CPT): que se dedica principalmente a promover a justiça social no campo, oferecendo apoio jurídico e assistência às comunidades que lutam pela reforma agrária; A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) atua na organização e formação dos trabalhadores rurais, buscando fortalecer a luta por melhores condições de trabalho e direitos e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por sua vez, é um dos movimentos mais conhecidos que busca a reforma agrária por meio da ocupação de terras improdutivas, latifúndios, e pela promoção de uma agricultura sustentável, tendo como base a agricultura familiar.

Essas organizações buscam promover a reforma agrária de forma a demonstrar e estabelecer sua importância como um dos principais caminhos para a redução da desigualdade social e a promoção da soberania alimentar. Essa rede de apoio envolvendo as ONGs e as várias esferas do governo se alinham para tornar a reforma agrária uma realidade no Brasil.

Para o funcionamento da reforma agrária é necessário mais que a ocupação de terras, mais que a criação de políticas públicas, mais até que a garantia de acesso ao crédito pelo agricultor familiar, é importante a continuidade e a funcionalidade de todas as etapas desse processo.

A caracterização e diagnóstico de uma comunidade tem o intento de observar os efeitos que as políticas e programas implementados podem ou não está operando de forma a

contribuir para o desenvolvimento do assentamento e a melhoria de vida dos agricultores/agricultoras, promovendo sustentabilidade, gerando renda e impulsionando a economia local e tão importante quanto, levar o autoconhecimento á comunidade e aos autores de forma a provocar que os mesmos tomem para si o desejo de se transformarem em Agentes Transformadores dentro da comunidade.

Um processo participativo deve proporcionar a oportunidade de autoavaliação de si e da cultura do grupo a que pertence, capacidade reflexiva sobre os efeitos de vida cotidianos, capacidade de criar não somente objetivos materiais, mas, também, e, fundamentalmente, criar e recriar formas novas de vida e de convivência social.
(Souza, MMO d et al, 2009)

Buscando por meio de diagnóstico participativo, revigorar em caráter de comunidade a localidade, por meio da participação dos agricultores e agricultoras pertencentes à mesma fortalecer os laços entre os assentados. Tencionando no geral caracterizar a comunidade nos aspetos físicos, sociais, econômicos e políticos.

A descrição e análise das características estruturais, sociais, econômicas e políticas do Assentamento Campos, Salgado de São Félix – PB que são resultado das políticas públicas de reforma agrária, implementadas pelo governo para promover a distribuição de terras e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, tem o intuito de externar a funcionalidade e aplicabilidade dessas políticas dentro da comunidade.

Fortalecendo um debate de extrema importância e relevância relacionada à continuidade da reforma agrária, enfatizando que a luta e conquista pela terra é apenas o começo de um processo significativo na vida da população “sem terra”, que para se fazer reforma agrária de qualidade todas as atividades do pós-conquista da terra são tão importantes quanto a conquista da mesma.

A permanência dos agricultores/agricultoras dentro das comunidades vai de encontro com as condições mínimas necessárias fornecidas pelos órgãos responsáveis pela gestão desses projetos de assentamentos, que venham a garantir saúde, educação, saneamento básico e desenvolvimento econômico para os mesmos, promovendo qualidade de vida.

2. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Utilizando uma abordagem metodológica multifacetada, este relato de experiência empregou uma combinação de métodos, integrando levantamento bibliográfico e observações de campo.

O levantamento bibliográfico seguiu a classificação proposta por Gil (2002), que organiza as fontes bibliográficas em diferentes categorias: livros, como impressos diversos; publicações periódicas, como jornais e revistas; leituras correntes, como obras literárias e de divulgação; e fontes de informação recessiva, como dicionários, enciclopédias, anuários e almanaques. Nesse contexto, essas fontes foram utilizadas como referência para a construção deste relato de experiência, em conjunto com outras técnicas descritas adiante, para fundamentar e nortear as informações apresentadas.

- Observações de campo participantes e não participantes, visando capturar a dinâmica vivenciada pela comunidade;
- Realização de oficinas de saberes, rodas de conversas que proporcionaram um espaço de troca e compartilhamento de experiências e vivências com os agricultores (as), conforme Imagem 1.
- Observações em reuniões comunitárias, conforme as Imagens 2, 3 e 4, nas quais a comunidade se reuniu para debater e construir assuntos relevantes relacionados ao desenvolvimento local, também foram essenciais para a coleta de dados.

As técnicas de diagnóstico e planejamento participativo devem valorizar, por sua vez, a obtenção de informações. É importante que este processo seja, ele mesmo, um fator de formação e discussão política no seio da comunidade. Os dados devem ser utilizados, principalmente, pela comunidade. (Souza et al, 2009).

Essa abordagem metodológica permitiu a percepção e compreensão abrangente e profunda da realidade do assentamento, envolvendo a comunidade de forma direta e participativa revelando as complexas relações entre os atores envolvidos, as imagens a seguir mostram algumas dessas atividades:

Figura 1 – Oficina de Saberes



Fonte: Autor (2022)

Figura 2 – Roda de conversa com a turma do EJA



Fonte: Autor (2023)

Figura 3 – Reunião no domicílio de um agricultor



Fonte: Autor (2022)

Figura 4 – Reunião na Associação



Fonte: Autor (2023)

3. RESULTADOS

3.1. Histórico do Assentamento

A história do assentamento, bem como a luta e resistência dos seus moradores não foram registradas nos grandes livros, ela vem do saber empírico sendo construída e reproduzida através das gerações. São os depoimentos dos agricultores que contribui para a caracterização, realização do resgate histórico e dá subsídios a nosso trabalho.

Segundo uma moradora, desde os 14 anos de idade ela reside nessas terras. Na época o território era patrimônio de um único dono, para o qual sua família trabalhava. Embora não residisse na propriedade o dono contratava vários trabalhadores, vaqueiros, motoristas para a realização da manutenção diária da fazenda.

Assim os empregados trabalhavam e moravam no local. Para isso, eram disponibilizadas moradias e algumas condições básicas de sobrevivência como: cisternas, energia elétrica, construção de estradas entre outros. Ali as poucas famílias foram desenvolvendo atividades agrícolas em áreas destinadas pelo dono para o plantio, tendo em vista que os homens quem lidavam com a manutenção diária e as mulheres ficavam com os afazeres domésticos e criações de animais de pequeno porte para consumo próprio, com autorização do dono. Mesmo vivendo em um regime claro de coronelismo os moradores não encontravam outro meio de subsistência, chegando a se acomodar com esse modo de vida e acreditar que essa era a única forma de trabalhar visto que os mesmos não possuíam terras, nem perspectivas de mudanças sociais e econômicas,

Foi bom minha ‘fia’, no tempo da fazenda isso aqui era bom demais aí todo mundo trabalhava, agora as mulheres não só os homens, as mulheres eram donas de casa, criar cabra, galinha, peru... Criar o que o “homem” da terra permitisse. A gente aqui não pagava nada. *(M.D.S moradora de antes da desapropriação, hoje assentada)*

Durante os anos antecedentes a ocupação, que segundo depoimentos dos moradores e dados dos órgãos públicos ocorreu em 1997. As terras tinham como principal finalidade a pecuária, voltada principalmente para o gado de corte, com vastas plantações destinadas exclusivamente a produção de ração animal e pastagem dos mesmos.

Para manter a fazenda em funcionamento o dono adquiriu muitas dívidas e a falta de pagamento das mesmas acarretou a perda das terras para a União Federal (Organização

constituída pelos três poderes: executivo, legislativo e judiciário do Brasil), que destinou o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a gestão destas terras.

Assim a terra não cumpriu seu papel social e alguns trabalhadores rurais, oriundos das cidades vizinhas ocuparam a mesma reivindicando que ela fosse desapropriada para fins de reforma agrária. Foi em torno de 200 famílias constituídas por crianças, jovens adultos e idosos que se propuseram a buscar mudanças de vida e lutar por condições dignas de sobrevivência e existência nessa terra.

Eram muitas famílias e diversos os motivos pelos quais cada um se encontrava ali. A concretização da entrada na terra para uns significava de desfazer de uma vida antes construída e ir ao encontro de novas possibilidades. Para outros ainda, significava o sonho de recomeço, o retorno a identidade camponesa que há algum tempo tinha sido perdida, mas no coletivo o significado era comum: Aquela terra significava vida, liberdade e autonomia. (SILVA, 2011. p.38).

Essa ocupação foi pacífica por parte dos proprietários que já não tinham interesse produtivo nessa propriedade. No entanto, os desafios enfrentados durante um ano de acampamento foram significativos para essas pessoas, que não tinha alimentação, infraestrutura nem apoio financeiro para permanecerem nessa localidade. As dificuldades fizeram com que alguns agricultores deixassem o acampamento, mas a força, perseverança e resistência de outros, estimularam a participação de vários agricultores nesse processo de luta. Assim, alguns trabalhadores da antiga fazenda também se juntaram a essas pessoas e no ano de 1998 o INCRA desapropriou a fazenda Campos tornando as famílias beneficiárias das terras.

A Comissão Pastoral da Terra, que é nacionalmente conhecida por desenvolver um serviço pastoral de assessoria e articulação nas lutas dos trabalhadores do campo, foi muito importante na organização das famílias, dando apoio jurídico e assistência a essa comunidade que estava lutando por reforma agrária. Para além do serviço pastoral essa entidade exerceu características semelhantes as dos Movimentos Sociais que Touraine (2003, p.119) vai caracterizar como:

Denomina movimentos sociais, como os movimentos que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social.

Nesse processo de luta e organização surge a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Campos (ATRAC) como representante social para que as famílias

fossem beneficiadas, mas também como organização das famílias que vão por meio dela demonstrar a sua união e reivindicar políticas públicas para o assentamento.

3.2.Caracterização Geral do Assentamento

O Assentamento Campos está localizado aproximadamente a 13 km da sede do município de Salgado de São Felix e a 95 quilômetros da capital paraibana, João Pessoa. Situado no estado da Paraíba (Microrregião de Itabaiana-PB, Latitude: 07°21'25''S, Longitude: 35°26'26''W, Altitude: 58m com uma área de 161,6km²). Posicionado na região do semiárido brasileiro, possui um clima tropical chuvoso, verão seco, com uma área total de 3.814.3458 ha, sendo 861.3395ha destinados a áreas de mata/reserva, 54.4483ha à área comunitária e 2.881.0072ha para moradia, com capacidade para comportar 130 famílias, segundo o INCRA encontra-se com 125 famílias cadastradas/reg.

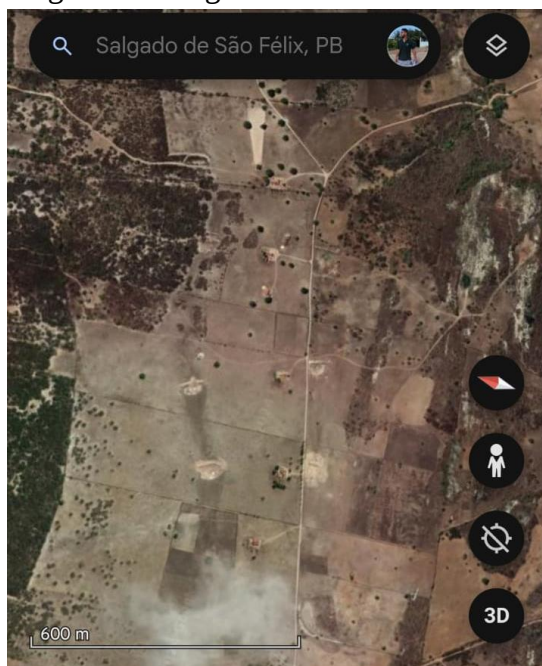
Historicamente esse terreno possuía três nomes distintos de acordo com sua faixa de terra, assim, após torna-se projeto de assentamento, as famílias foram distribuídas nessas áreas denominadas: “Umari”, “Baixio” e a “Agrovila”, cujas imagens, via satélite, podem ser vistas nas Imagens 5, 6 e 7:

Figura 5 – Imagem via satélite de Umari



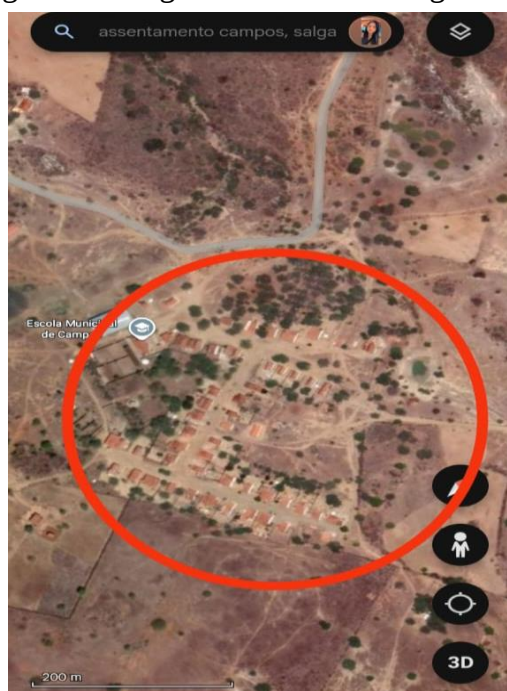
Fonte: Google Earth. Autor (2024)

Figura 6 - Imagem via satélite do Baixio



Fonte: Google Earth. Autor (2024)

Figura 7 - Imagem via satélite da Agrovila



Fonte: Google Earth. Autor (2024)

Essas três localidades dentro do assentamento comportam aproximadamente setecentos habitantes. O Baixio tem aproximadamente 20 famílias, Umarí com 21 famílias e

na agrovila, onde há uma concentração maior da população, conta com aproximadamente 89 famílias. As famílias situadas tanto no Baixio quanto no Umarí residem dentro de seus respectivos lotes, Já as que moram na agrovila precisam diariamente se deslocar para desenvolver as práticas agrícolas em suas áreas.

Por ser uma área extensa há pelo menos dois tipos de solo na mesma, solos arenosos e argilosos, ambos agricultáveis. No entanto, o uso excessivo de maquinários pesados, principalmente tratores de arado e um histórico de utilização de agrotóxicos (que teve uma diminuição significativa dentro da comunidade) em algumas áreas, tornou partes dos solos degradados e compactados, limitando a produção, mas não a impedindo.

A agricultura é a principal atividade produtiva dentro da comunidade desenvolvida totalmente pelo núcleo familiar, considerada também pelos agricultores como uma agricultura de subsistência tendo como culturas principais o feijão (*Vigna unguiculata*), milho (*Zea mays L.*), fava (*Phaseolus lunatus L.*) que são cultivadas a depender da precipitação, existe o cultivo de hortaliças e frutíferas direcionadas principalmente ao consumo da família. Para consumo animal são produzidos subsídios para a alimentação dos mesmos, tendo em vista que a produção animal é majoritariamente bovina, são cultivadas espécies que forneçam alimento e que sirvam de reserva no “verão” como a palma, o capim, o milho. No verão a escassez de água assola não só a população, mas os animais também dificultando e limitando os plantios.

A renda mensal fixa das famílias não é proveniente exclusivamente da agricultura. Elas desenvolvem outras atividades, como pequenos comércios dentro da comunidade (minimercados, artesanato, venda de cosméticos, entre outros). A grande maioria recebe pagamentos do Bolsa Família, programa de transferência de renda do governo federal e/ ou aposentadorias rurais, utilizando a agricultura como complemento. No entanto, mesmo enfrentando dificuldades, os agricultores se esforçam para manter seus plantios anualmente.

3.3.Infraestrutura

A infraestrutura encontrada no Assentamento Campos era composta por: 8 casas de alvenaria, a sede da fazenda, o curral, a baía (alojamento de animais), caixa de água, açude principal e pequenos açudes secundários, energia elétrica e algumas estradas distribuídas na

área. No entanto essa infraestrutura era insuficiente para o número de famílias que foram beneficiadas pela Reforma Agrária.

Assim, logo após a desapropriação, a infraestrutura apresentou-se como mais um desafio nessa luta, que deixou de ser pela terra e tornou-se na terra. Inicialmente, em 1998, as famílias receberam do INCRA um crédito de "instalação e apoio inicial" no valor de 1.425,00 reais para cada uma, com o objetivo de garantir condições básicas de habitação.

Em 2002, foi concedido um valor de 1.250 reais destinado à "aquisição de material de construção". Posteriormente, em 2005, foi disponibilizado um crédito de 2.000 reais para a "recuperação de material de construção". Em 2007, um montante de 1.500 reais foi concedido para a melhoria da convivência com a seca, na modalidade "semiárido".

Por fim, em 2019, de acordo com o espelho da unidade familiar da agricultora consultada, foi liberado um crédito na modalidade "Fomento Mulher" (Decreto N° 9.424), no valor de 5.000 reais. Com isso deixou-se os barracos de lona para a atual estrutura, na qual todas as moradias são de alvenaria; a comunidade dispõe de uma escola municipal; uma quadra poliesportiva; uma igreja; cisternas para captação de água, tendo em vista que não há sistema de abastecimento por encanação, o principal meio de abastecimento é através do açude comunitário que tem 17 hectares aproximadamente de área; coleta de lixo, realizada pela gestão municipal semanalmente; um curral comunitário, do qual a comunidade usufrui quando há necessidade. As Imagens 8,9,10 e 11 mostram algumas dessas estruturas:

Figura 8 – Escola Municipal de Campos



Fonte: Autor, 2024.

Figura 9 – Quadra poliesportiva



Fonte: Autor (2024)

Figura 10– Sede da ATRAC



Fonte: Autor, 2024

Figura 11 – Açude comunitário



Fonte: Autor (2024)

4. DAS RELAÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS

4.1. Associação Dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Campos

A Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Campos (ATRAC) foi fundada no ano seguinte a ocupação das terras, em 14/01/1998, sendo uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social, assistencial e educativo com sede própria. De acordo com relatos a dificuldade maior em formalizar a mesma foi financeira e estrutural para os acampados que até então não tinham residência e viviam em acampamento (barracos de lona), tendo em vista que as terras já eram desapropriadas pelo INCRA, não houve nenhum tipo de enfrentamento.

A questão financeira foi sanada com apoio político municipal, na época a CPT teve um papel fundamental na formação/construção do estatuto e acompanhamento não somente da ATRAC, mas, também, da comunidade junto ao INCRA, fortalecendo e estabelecendo uma ponte para comunicação. Atualmente essa ponte é direta entre ATRAC e INCRA.

Por meio dessa forma de organização, de fundamental importância no meio e para o desenvolvimento rural, os agricultores (as) superaram desafios e usufruem de oportunidades, sejam elas, culturais e sociais: na promoção de eventos que ressaltam e enfatizam a cultura da comunidade, a exemplo sempre fazer atividades festivas em datas comemorativas (dia do agricultor, dia dos pais, das mães, dia das crianças...); Econômicos e políticos: através da ATRAC que a comunidade (sócios e sócias e demais moradores) recebe por meio da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) as sementes e assistência técnica para que possam, a depender da regularidade das chuvas, darem início a seus plantios, que geralmente são baseados em culturas anuais para consumo próprio, subsistência, como o feijão (*Vigna unguiculata*) e milho (*Zea mays L.*) e o acesso ao crédito por meio de projetos.

De acordo com a presidente em exercício (2024-2026), dos aproximadamente 700 habitantes cerca de 200 estão associados. Tem como base um estatuto social que declara que a ATRAC tem por finalidades entre outras:

- I- Reunir pessoas para tratar de assuntos comuns;

- II- Promover atividades educativas, culturais, recreativas e sociais, visando o desenvolvimento integral dos seus associados e dependentes;
- III- Proporcionar melhoria no convívio entre os habitantes da comunidade;
- IV- Conscientizar a comunidade de suas potencialidades, levando-as a responder seus anseios;
- V- Colaborar com os poderes públicos nas iniciativas do interesse coletivo...

Ao cumprir esses pontos, entre outros, construídos coletivamente quando da elaboração do estatuto, a associação demonstra compromisso com os sócios (as), respeitando os direitos e deveres dos mesmos, garantindo igualdade e promovendo cooperação buscando a integração da comunidade nas atividades desempenhadas e fornecidas, seja pela ATRAC ou através dela, as imagens 12, 13, 14,15 e 16 são registros de algumas dessas atividades:

Figura 12 – Reunião com a autoridade política (prefeito) da cidade



Fonte: Autor (2023)

Figura 13 – Comemoração Dia das Mães na ATRAC



Fonte: Autor, 2023

Figura 14 – Festejos Juninos na ATRAC



Fonte: Autor (2022)

Figura 15 – Entrega do CCU (Contrato de Concessão de Uso)



Fonte: Autor (2021)

Figura 16- torneio de futebol infantil pela ATRAC



Fonte: Autor (2023)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho ouvimos os múltiplos relatos e revisitamos textos e autores que nos ajudaram a caracterizar o Assentamento campos. O processo de luta e resistência diária nesse assentamento trouxeram grandes significados para as pessoas que residem nessa comunidade.

Compreendemos que o registro desses relatos é importante, à medida que as vozes trás um resgate histórico, ela caracteriza a comunidade trazendo à oportunidade de um conhecimento empírico direcionado a realidade vivenciada por cada uma das pessoas, agricultores/agricultoras da comunidade e nesse sentido colocar em palavras escritas essa voz.

Ao colocar em palavras escritas essa voz, traz a importância de que a comunidade tenha o conhecimento da sua história, da trajetória que muitos deles traçaram e continuam na luta para tornar real a melhoria da vida dos mesmos, sem esquecer na memória os que já se foram, mas que deixaram sua contribuição para essa construção como legado.

Em síntese, esta pesquisa revelou a riqueza das histórias de assentamentos, conhecimentos empíricos e as lutas do povo, agricultores (as), demonstrando a importância da voz do povo na construção de uma narrativa autêntica sobre a qualidade de vida e o desenvolvimento local, essas histórias contadas pelo povo evidenciaram a resiliência e capacidade de adaptação da comunidade.

No entendimento de que esse trabalho faz parte como um pequeno fragmento de milhares de histórias de assentamentos rurais pelo mundo, buscando no fazer reforma agrária igualdade social e econômica evidenciando e respeitando a diferença cultural de cada localidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, George Pedro Barbalho. Ligas Camponesas: formação, luta e enfraquecimento. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

GASPAROTTO, Alessandra; TELÓ, Fabricio. histórias de lutas pela terra no brasil. **São Leopoldo**, 2021.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

INCRA. Projetos de Reforma agrária Conforme Fases de Implementação. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>

SILVA, Marineide Maria da. As práticas educativas em curso no ensino fundamental de uma escola do campo de Salgado de São Félix-PB/ Marineide Maria da Silva – João Pessoa: UFPB, 2011.

SOUZA, MMO de et al. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). **Revista em extensão, Uberlândia**, v. 8, n. 1, p. 34-47, 2009.

TOURAINÉ, Alain. Podemos viver juntos? Iguais e diferentes. Petrópolis: vozes 2003.